Universidade Federal do Pará

RNUFEN

PHENOMENOLOGY AND INTERDISCIPLINARITY

@Programa de Pós-graduação em Psicologia

DOI: 10.26823 / e-270874 / artigo de revisão VOL 18 • 2026

PATERNIDADE NA PERSPECTIVA DE PAIS DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Fatherhood from the perspective of fathers of children with disabilities: a systematic review

Paternidad desde la perspectiva de padres de niños con discapacidad: una revisión sistemática



Áquila Negrini da Silva



Daniel Lisboa Soares



Valquíria Aparecida Rossi



Cristiano de Jesus Andrade

RESUMO

Esta revisão sistemática teve como objetivo compreender como a paternidade é construída e vivenciada por pais de crianças com deficiência, considerando envolvimento no cuidado, experiências emocionais, condições contextuais, autonomia dos filhos e produção de sentido. O corpus final reuniu 34 estudos únicos, representados em 37 relatórios publicados entre 2020 e 2026. A qualidade metodológica foi apreciada pelo Mixed Methods Appraisal Tool (MMAT), e a síntese qualitativa foi conduzida pela Análise de Conteúdo de Bardin. Foram construídas cinco categorias não excludentes: reconfiguração da paternidade e corresponsabilidade; experiência emocional e produção de sentido; trabalho, tempo e saúde; barreiras sociais, culturais e institucionais; autonomia, desenvolvimento e futuro da criança. O modelo social e de direitos humanos orientou a interpretação da deficiência, enquanto a Logoterapia foi empregada posteriormente como referencial de diálogo sobre responsabilidade, valores, liberdade diante dos condicionamentos e sentido. Os achados mostram experiências paternas heterogêneas, atravessadas por vínculos, redes de apoio, normas de gênero, condições laborais, serviços e contextos socioculturais, sem sustentar associação automática entre deficiência e sofrimento.

Palavras-chave: Paternidade; Crianças com deficiência; Cuidado; Direitos humanos; Logoterapia; Revisão sistemática.

ABSTRACT

This systematic review aimed to understand how fatherhood is constructed and experienced by fathers of children with disabilities, considering caregiving involvement, emotional experiences, contextual conditions, children's autonomy, and meaning-making. The final corpus comprised 34 unique studies represented in 37 reports published from 2020 to 2026. Methodological quality was appraised with the Mixed Methods Appraisal Tool (MMAT), and qualitative synthesis followed Bardin's Content Analysis. Five non-mutually exclusive categories were developed: reconfiguration of fatherhood and shared responsibility; emotional experience and meaning-making; work, time, and health; social, cultural, and institutional barriers; and children's autonomy, development, and future. The social and human rights models guided the interpretation of disability, while Logotherapy was subsequently used as a theoretical dialogue on responsibility, values, freedom within constraints, and meaning. Findings reveal heterogeneous paternal experiences shaped by relationships, support networks, gender norms, working conditions, services, and sociocultural contexts, without supporting an automatic association between disability and suffering.

Keywords: Fatherhood; Children with disabilities; Caregiving; Human rights; Logotherapy; Systematic review.

RESUMEN

Esta revisión sistemática tuvo como objetivo comprender cómo se construye y se vive la paternidad entre padres de niños con discapacidad, considerando la participación en el cuidado, las experiencias

emocionales, las condiciones contextuales, la autonomía de los hijos y la producción de sentido. El corpus final reunió 34 estudios únicos, representados en 37 informes publicados entre 2020 y 2026. La calidad metodológica fue evaluada mediante el Mixed Methods Appraisal Tool (MMAT), y la síntesis cualitativa se realizó según el Análisis de Contenido de Bardin. Se construyeron cinco categorías no excluyentes: reconfiguración de la paternidad y corresponsabilidad; experiencia emocional y producción de sentido; trabajo, tiempo y salud; barreras sociales, culturales e institucionales; y autonomía, desarrollo y futuro del niño. El modelo social y de derechos humanos orientó la interpretación de la discapacidad, mientras que la Logoterapia se utilizó posteriormente como marco de diálogo sobre responsabilidad, valores, libertad ante los condicionamientos y sentido. Los hallazgos muestran experiencias paternas heterogéneas atravesadas por vínculos, redes de apoyo, normas de género, condiciones laborales, servicios y contextos socioculturales, sin sostener una asociación automática entre discapacidad y sufrimiento.
Palabras clave: Paternidad; Niños con discapacidad; Cuidado; Derechos humanos; Logoterapia; Revisión sistemática

Introdução

Nas últimas décadas, a paternidade tem sido atravessada por transformações que ampliam o lugar do pai na vida cotidiana dos filhos. Embora historicamente associada ao provimento material e à autoridade familiar, a experiência paterna contemporânea tem incorporado de maneira mais visível práticas de cuidado, participação afetiva, acompanhamento do desenvolvimento e corresponsabilidade nas decisões familiares. Esse deslocamento, entretanto, não ocorre de forma homogênea, pois o exercício da paternidade permanece atravessado por expectativas de masculinidade, divisão sexual do cuidado e condições concretas de trabalho e vida, que podem ampliar ou restringir a participação dos homens na rotina dos filhos (Langley, 2025; Mohamed et al., 2024).

No campo da deficiência, também ocorreram mudanças importantes na forma de compreender a experiência das pessoas e de suas famílias. O modelo social e a perspectiva dos direitos humanos deslocam a deficiência de uma leitura exclusivamente biomédica, centrada no déficit individual, para uma compreensão relacional, na qual impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial interagem com barreiras sociais, ambientais, comunicacionais e atitudinais que podem restringir a participação plena e efetiva na sociedade (Brasil, 2009, 2015; Diniz et al., 2009; Organização das Nações Unidas [ONU], 2006). Nesse horizonte, a deficiência integra a diversidade humana e não deve ser tomada, por si mesma, como sinônimo de incapacidade, sofrimento ou vida diminuída.

Esse deslocamento conceitual produz consequências importantes para o estudo da parentalidade. Demandas de cuidado e reorganizações familiares podem estar presentes, mas não decorrem unicamente da deficiência ou do diagnóstico. Elas também são produzidas pela

disponibilidade de serviços, pelas condições econômicas, pela acessibilidade, pelas redes de apoio, pelo estigma, pelo capacitismo e pelas formas como as responsabilidades são distribuídas no interior da família e da sociedade. Assim, a experiência paterna precisa ser compreendida em sua relação com contextos que podem tanto favorecer a participação quanto ampliar sobrecargas e desigualdades (Gesser et al., 2012; Mello, 2016).

A perspectiva dos direitos humanos também exige reconhecer crianças com deficiência como sujeitos de direitos, e não apenas como destinatárias de cuidado. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência estabelece que crianças com deficiência têm direito a expressar livremente suas opiniões sobre questões que lhes dizem respeito, recebendo apoio adequado à idade e às suas necessidades para que sua participação seja efetivada (Brasil, 2009; ONU, 2006). Desse modo, o envolvimento paterno pode ser analisado não apenas pela quantidade de tarefas realizadas, mas também pela capacidade de favorecer autonomia progressiva, participação, vínculo, comunicação e protagonismo da criança nos diferentes espaços da vida familiar e social.

A experiência da deficiência tampouco ocorre de maneira isolada de outros marcadores sociais. Gênero, raça, classe social, território, cultura, geração e condições de acesso a políticas e serviços se articulam na produção das possibilidades concretas de cuidado e participação. A literatura brasileira sobre o modelo social tem destacado a necessidade de compreender a deficiência de forma transversal e interseccional, evitando análises universalizantes que tratem famílias, pais ou crianças como grupos homogêneos (Gesser et al., 2012; Lopes & Higa, 2024). No caso da paternidade, essa perspectiva permite examinar simultaneamente normas de masculinidade, inserção laboral, recursos familiares, expectativas culturais e barreiras sociais que atravessam o exercício do cuidado.

Apesar da relevância dessas dimensões, a produção científica sobre famílias de crianças com deficiência tem historicamente privilegiado a experiência materna. Estudos recentes indicam que os pais participam de diferentes formas do cuidado, da organização da vida familiar, da interlocução com profissionais e do acompanhamento dos filhos, mas suas experiências, dificuldades, recursos e significados atribuídos à paternidade permanecem comparativamente menos explorados (Davies et al., 2024; Langley, 2025; Mohamed et al., 2024). Essa lacuna limita a compreensão da parentalidade e pode contribuir para a manutenção de práticas de saúde e apoio familiar que convocam predominantemente as mães.

A presente revisão mantém a Logoterapia de Viktor Frankl como referencial de diálogo teórico com os achados, preservando uma distinção metodológica fundamental. A Logoterapia não é utilizada para definir deficiência, formular critérios de elegibilidade ou produzir as categorias empíricas. Seu emprego ocorre posteriormente à síntese das evidências, para interpretar dimensões existenciais presentes em parte das narrativas paternas, como responsabilidade, valores, liberdade diante dos condicionamentos e busca de sentido. Essa posição evita transformar sofrimento em consequência necessária da deficiência e impede que conceitos existenciais sejam utilizados para encobrir barreiras sociais, institucionais ou econômicas que demandam respostas coletivas e políticas.

Diante desse cenário, o objetivo deste estudo é compreender como a paternidade é construída e vivenciada por pais de crianças e adolescentes com deficiência na literatura científica recente, identificando formas de envolvimento e corresponsabilidade, experiências emocionais, condições de trabalho e vida cotidiana, barreiras e facilitadores sociais e institucionais, bem como relações com autonomia, desenvolvimento e futuro dos filhos. Busca-se ainda discutir criticamente esses achados à luz do modelo social e de direitos humanos e, em momento interpretativo posterior, estabelecer diálogo com a Logoterapia.

Metodologia

Trata-se de uma revisão sistemática da literatura com síntese qualitativa, estruturada segundo as recomendações do PRISMA 2020 (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses). A pergunta norteadora foi: como a paternidade é construída e vivenciada por pais de crianças e adolescentes com deficiência na literatura científica? Não houve registro prospectivo do protocolo em PROSPERO, OSF ou plataforma equivalente, aspecto reconhecido como limitação metodológica.

A busca original foi realizada em abril e maio de 2026 no PubMed e no Google Scholar. Os termos registrados pelos autores foram: no PubMed, father OR fathers OR fatherhood AND children with disabilities AND parental role; no Google Scholar, fatherhood “children with disabilities” “parental role”. Em resposta aos pareceres, realizou-se atualização bibliográfica até setembro de 2026, com ampliação do rastreamento para PubMed/MEDLINE e fontes latino-americanas, incluindo SciELO, BVS/LILACS e PePSIC, além de rastreamento de referências e citações; o Google Scholar foi mantido como recurso suplementar. Essa atualização ocorreu após a avaliação editorial e não havia sido planejada prospectivamente. Por isso, embora os relatórios candidatos efetivamente triados tenham sido preservados nas planilhas de controle, não se manteve uma exportação bruta única que permitisse reconstruir retrospectivamente o número total de resultados retornados por cada fonte. Essa limitação é explicitada no presente relato, sem atribuir contagens não verificáveis às bases.

Foram elegíveis artigos empíricos revisados por pares, publicados entre janeiro de 2020 e setembro de 2026, em português, inglês ou espanhol, que investigassem a experiência, o envolvimento, o cuidado, o bem-estar ou a participação de pais homens em famílias com crianças ou adolescentes com deficiência. Como a revisão original não havia estabelecido limite etário formal, a atualização passou a explicitar crianças e adolescentes como população de interesse, permitindo amostras etariamente mistas, inclusive com jovens adultos, quando a trajetória paterna de cuidado constituía foco substantivo e os achados não podiam ser separados por idade. Estudos com mães e pais também puderam ser incluídos quando apresentavam contribuição relevante para a compreensão da experiência paterna, ainda que nem todos os resultados fossem apresentados separadamente por sexo parental.

Foram excluídos artigos de revisão, metassínteses, estudos teóricos, protocolos, editoriais e pesquisas sem dados empíricos, além de trabalhos sem relação substantiva com paternidade e deficiência. A disponibilidade gratuita do texto completo, utilizada na busca inicial, foi retirada como critério de elegibilidade na versão revisada, porque o acesso editorial não constitui característica científica do estudo. Condições do neurodesenvolvimento foram descritas segundo a nomenclatura dos artigos originais e consideradas no corpus quando enquadradas pelos próprios estudos no campo da deficiência, reabilitação, funcionalidade ou necessidades de apoio, evitando homogeneizar diagnósticos distintos sob uma única categoria.

Daniel Lisboa Soares e Áquila Negrini da Silva realizaram independentemente a leitura e a seleção dos estudos. Nos oito artigos do corpus original, ambos também efetuaram leitura integral e extração separadamente, embora esse procedimento não tivesse sido formalizado previamente em uma ficha padronizada. Na atualização, a triagem ocorreu em rodadas independentes, seguida de conferência de elegibilidade, recuperação dos textos completos e identificação de publicações múltiplas. Três conjuntos foram reconhecidos como relatórios derivados da mesma unidade de estudo ou amostra, evitando dupla contagem: Mohamed et al. (2024) e Hemdan et al. (2024); Domaradzki (2026a, 2026b); e Vatne et al. (2023) e Zahl et al. (2024). Três relatórios potencialmente elegíveis não puderam ser recuperados em texto integral após busca nas páginas editoriais, indexadores e tentativa adicional da equipe: Sato e Araki (2022), Grebe et al. (2022) e Mohamed et al. (2026, The Family Journal). Eles foram registrados no fluxo PRISMA como relatórios buscados e não recuperados e não integraram MMAT, Bardin ou síntese dos resultados. O corpus analítico final reuniu 34 estudos únicos representados em 37 relatórios/publicações.

A qualidade metodológica dos 34 estudos únicos incluídos no corpus final foi apreciada com o Mixed Methods Appraisal Tool, versão 2018 (MMAT), respeitando os critérios específicos para estudos qualitativos, quantitativos e de métodos mistos. Daniel e Áquila realizaram os julgamentos de forma independente. Na primeira rodada, dez divergências foram resolvidas conforme regra previamente definida pelo grupo, sendo classificadas como “não é possível determinar”. Na rodada adicional, os revisores coincidiram nos julgamentos referentes aos estudos posteriormente mantidos. No corpus final, foram considerados 248 julgamentos: 202 “sim”, seis “não” e 40 “não é possível determinar”. Não foi calculado escore global, e o MMAT não foi utilizado como critério automático de exclusão, mas como recurso para ponderar a força e as limitações das evidências.

A síntese qualitativa foi conduzida segundo a Análise de Conteúdo de Bardin (2011). Na pré-análise, os estudos foram organizados em matriz padronizada e submetidos à leitura flutuante, observando-se exaustividade, pertinência, homogeneidade analítica e representatividade do corpus. Na exploração do material, foram registradas unidades relacionadas a presença e vínculo paterno, cuidado e corresponsabilidade, emoções e saúde mental, trabalho e finanças, apoio e barreiras institucionais, autonomia, desenvolvimento e futuro dos filhos, além de marcadores socioculturais. Os códigos foram agrupados por proximidade semântica, originando cinco categorias não excludentes. A frequência de uma categoria indica presença temática no estudo, não intensidade, tamanho de efeito ou qualidade metodológica.

A interpretação foi organizada em níveis distintos. Primeiro, os resultados empíricos foram sintetizados sem que a Logoterapia determinasse códigos ou categorias. Em seguida, o modelo social e de direitos humanos foi utilizado para discutir a interação entre deficiência, barreiras, acessibilidade, participação e reconhecimento da criança como sujeito de direitos. A interseccionalidade foi tratada como eixo transversal, especialmente em relação a gênero, classe, território, cultura, religião e origem, registrando-se como lacuna a exploração ainda limitada de raça e outros marcadores em parte do corpus. Somente depois dessa síntese foi desenvolvido o diálogo com a Logoterapia, de forma interpretativa e não causal.

O fluxo de seleção foi documentado em duas etapas. Na busca original, foram identificados 4.240 registros (PubMed = 100; Google Scholar = 4.140). Após o recorte temporal e o procedimento histórico de rastreamento no Google Scholar, 42 registros permaneceram potencialmente relevantes; 24 tinham texto integral inicialmente disponível e 21 foram submetidos à triagem por título e resumo. Nove foram excluídos, 12 seguiram para avaliação em texto completo e quatro foram excluídos, resultando em oito estudos na versão originalmente submetida. Na atualização pós-parecer, 35 relatórios candidatos foram efetivamente submetidos à triagem independente; três correspondiam a estudos já presentes no corpus original. Dos 32 relatórios adicionais buscados para recuperação, três não puderam ser obtidos em texto integral e 29 foram incluídos. Somados aos oito relatórios originais, o corpus final reuniu 37 relatórios, correspondentes a 34 estudos únicos após o agrupamento de três conjuntos de publicações múltiplas. Como os 35 registros da atualização representam os candidatos efetivamente retidos para triagem, e não a totalidade bruta retornada por cada fonte, essa particularidade é mantida como limitação de reprodutibilidade da etapa pós-parecer.

Figura 1 – Síntese textual do fluxo de seleção conforme PRISMA 2020.

Etapa do fluxo	n
Registros identificados na busca original	4.240
Registros submetidos à triagem original	21
Estudos incluídos na versão original	8
Relatórios candidatos na atualização pós-parecer	35
Sobreposições com o corpus original	3
Relatórios adicionais buscados para recuperação	32
Relatórios não recuperados	3
Relatórios adicionais incluídos	29
Relatórios no corpus final	37
Estudos únicos no corpus final	34

Relatórios buscados e não recuperados. Sato e Araki (2022; DOI 10.1177/10748407211037345), Grebe et al. (2022; DOI 10.1007/s10803-021-05077-7) e Mohamed et al. (2026; DOI 10.1177/10664807251411485) foram registrados no fluxo PRISMA como não recuperados e não compõem o corpus analítico final.

Resultados

Caracterização do corpus e avaliação metodológica

O corpus final reuniu 34 estudos únicos representados por 37 relatórios, publicados entre 2020 e 2026. A distribuição temporal foi: quatro estudos em 2020, sete em 2021, três em 2022, um em 2023, dois em 2024, oito em 2025 e nove em 2026. Predominaram delineamentos qualitativos (n = 26), seguidos de estudos quantitativos (n = 7) e um estudo de métodos mistos. A produção abrangeu diferentes contextos nacionais, incluindo países da Europa, Américas, Ásia, África, Oceania e Oriente Médio, o que ampliou a diversidade cultural do corpus.

As condições investigadas permaneceram heterogêneas. O transtorno do espectro autista e outros transtornos do neurodesenvolvimento tiveram presença expressiva, mas também foram incluídos estudos sobre deficiência intelectual, paralisia cerebral, síndrome de Down, deficiências múltiplas, condições sensoriais, físicas ou cognitivas e complexidade médica. Essa diversidade exige evitar generalizações segundo as quais diferentes condições produziriam uma experiência paterna equivalente. Nos estudos com categorias diagnósticas específicas, a nomenclatura foi mantida para caracterização; na síntese, privilegiou-se a linguagem de pessoa/criança com deficiência e a compreensão relacional das necessidades de apoio.

A apreciação pelo MMAT mostrou predominância de julgamentos favoráveis, com 202 respostas “sim”, seis “não” e 40 “não é possível determinar” em 248 critérios considerados no corpus final. Os julgamentos desfavoráveis ou indeterminados concentraram-se em aspectos como representatividade amostral, não resposta, detalhamento da sustentação interpretativa e coerência de relato. O estudo de Thamrin et al. (2024), por exemplo, apresentou inconsistência interna na descrição da composição da amostra, razão pela qual seus achados foram utilizados com maior cautela. A avaliação metodológica não funcionou como filtro automático de elegibilidade, mas orientou a ponderação crítica dos resultados.

Quadro 1 – Caracterização sintética dos 34 estudos únicos incluídos, considerando os 37 relatórios do corpus

Estudo	Contexto/amostra	Condição/delineamento	Contribuição principal
Langley et al., 2020	Reino Unido; estudo populacional	Deficiência intelectual; quantitativo	Menor satisfação com a vida e pior saúde geral entre pais do grupo com deficiência intelectual, com relações pai-filho ainda majoritariamente próximas.
Rafferty et al., 2020	EUA; 28 pais	TEA com/sem DI; qualitativo	Expectativas, ajustes pós-diagnóstico, coparentalidade e vínculo pai-filho estruturaram as experiências.
Schippers et al., 2020	Países Baixos; 12 pais	Deficiências diversas; qualitativo	Papel paterno, emprego, cultura e apoio social, além de nova perspectiva de vida e transformação de expectativas.
Batchelor et al., 2021	País de Gales; 7 homens	Deficiência/atraso do desenvolvimento; qualitativo	Grupo masculino favoreceu pertencimento, expressão emocional e apoio recíproco.
Jorge et al., 2021	Brasil; 41 pais	TEA; quantitativo	Suporte emocional, disciplina e incentivo à exploração/perseverança destacaram-se no envolvimento.

Estudo	Contexto/amostra	Condição/delineamento	Contribuição principal
Park & Bang, 2021	Coreia do Sul; 9 pais	Paralisia cerebral; qualitativo	Impotência, supressão emocional, tratamento prolongado e produção de significado por meio dos filhos.
Rudelli et al., 2021	Suíça; 63 pais	TEA; quantitativo	Importância do papel paterno associou-se à satisfação/autoeficácia; suporte social relacionou-se a menor sobrecarga.
Sheldon et al., 2021	EUA; 175 pais	Síndrome de Down; qualitativo	Recompensas relacionais e transformação paterna coexistiram com desafios emocionais, institucionais e sociais.
Bourke-Taylor et al., 2022	Austrália; 33 pais	Deficiências diversas; métodos mistos	Altos sintomas de estresse/ansiedade/depressão, conflito trabalho-família e baixa interação paterna com serviços.
Uribe-Morales et al., 2022	Espanha; 7 pais	Deficiências diversas; qualitativo	Responsabilidades compartilhadas, mudanças laborais, renúncias sociais e participação em cuidados e autonomia.
Mohamed et al., 2024; Hemdan et al., 2024	EAU; 469 pais no componente paterno	Deficiências diversas; quantitativo; dois relatórios da mesma amostra	Atitudes, suporte e treinamento, com alta autopercepção de envolvimento; os dois relatórios são tratados como uma única unidade amostral.
Esper et al., 2025	Brasil; 20 pais	Transtornos do neurodesenvolvimento; qualitativo	Presença ativa no diagnóstico e terapias, medo/angústia, provimento, cuidado afetivo, redes de apoio e preconceito.
Kypriotaki et al., 2025	Grécia; 146 pais/mães	Deficiências diversas; quantitativo	Satisfação conjugal e características familiares associaram-se ao envolvimento paterno.
Langley, 2025	Reino Unido; 13 pais	DI/DD; qualitativo	Cuidado direto/indireto, suporte à família e trabalho, modulados por fatores individuais, relacionais e contextuais.
Madzimbe et al., 2025	Zimbábue; 18 profissionais	Atraso do neurodesenvolvimento; qualitativo contextual	Profissionais apontaram apoio paterno e barreiras de tempo, economia e normas culturais na reabilitação domiciliar.
Mundakir et al., 2025	Indonésia; 9 pais	Paralisia cerebral; fenomenológico	Significado de ser pai, espiritualidade, esperança de independência dos filhos e desafios trabalho-família.
Segev et al., 2026	Israel; 12 pais	Transtornos do neurodesenvolvimento; qualitativo	Vulnerabilidade ocupacional, conflito trabalho-família, aceitação e estratégias de coping.
Deniz & Evgin, 2026	Turquia; 19 pais	Deficiências do desenvolvimento; qualitativo	Transformação do papel, carga multidimensional, estigma, apoio, coping e necessidade de sistemas formais.
Domaradzki, 2026a, 2026b	Polônia; 14 pais	Autismo; qualitativo; dois relatórios do mesmo projeto	Identidade e cuidado, trajetória diagnóstica, coping, ansiedade/fadiga, trabalho, crescimento e preocupações com independência e futuro.
Ng et al., 2026	Singapura; 17 pais	Autismo; IPA	Ruptura de expectativas, autossuficiência, estigma, normas de masculinidade e necessidade de espaços seguros.
Nkgaphela et al., 2026	África do Sul; 15 pais	TEA; fenomenológico	Desafios de comportamento/comunicação, estigma, finanças e insuficiência de serviços de saúde e educação.
Tay et al., 2026	Canadá; 15 pais/mães	Complexidade médica; qualitativo contextual	Cuidado intenso, transformação de identidade, saúde, finanças, isolamento e advocacy em sistemas fragmentados.
Toledo & Rossetti, 2026	Brasil; 15 pais	TEA; análise de conteúdo	Vínculo como envolvimento, afeto e valores, com maior presença pós-diagnóstico e incentivo à autonomia/exploração.
Seymour et al., 2020	Austrália; 159 pais com TEA + comparação	TEA; quantitativo comparativo	Apoio social percebido como inacessível por muitos pais; suporte emocional/informacional relacionou-se ao sofrimento psicológico.
Cameron & Cooper, 2021	Reino Unido; 4 pais	Autismo + deficiência intelectual; IPA	Impotência diante de papéis tradicionais coexistiu com proximidade, reconstrução da identidade paterna, comunicação e preocupação com o futuro.

Estudo	Contexto/amostra	Condição/delineamento	Contribuição principal
Mihandoust et al., 2021	Irã; 14 pais	TEA; análise qualitativa de conteúdo	Incerteza, sofrimento, isolamento e busca de explicações; a moldura de luto do estudo foi interpretada criticamente à luz do modelo social.
Camilleri, 2022	Malta; 10 pais, 30 entrevistas	TEA; narrativa qualitativa	Diagnóstico, busca de soluções, relação conjugal, comunicação, sociedade, resultados positivos e futuro estruturaram as narrativas paternas.
Vatne et al., 2023; Zahl et al., 2024	Noruega; 7 pais	Deficiências diversas; qualitativo; dois relatórios	Vínculo, maestria/autonomia, regulação emocional e fatores sociais; relatório secundário aprofunda casal, coparentalidade e masculinidade.
Thamrin et al., 2024	Indonésia; amostra descrita de forma inconsistente	Necessidades especiais; qualitativo	Papéis de cuidador/provedor, estresse financeiro, saúde mental e estigma; achados usados com cautela devido à incoerência amostral.
Ćwirynkało et al., 2025	Polônia; 10 pais com DI	Pais e filhos com deficiência; IPA	Afeto, forças e produção de significado coexistiram com desvantagem socioeconômica, emprego limitado e barreiras em escolas e serviços.
Mohamed et al., 2025	EAU; 598 casais	Deficiências diversas; quantitativo	Atitudes e suporte foram favoráveis ao envolvimento paterno em intervenção precoce, enquanto participação em treinamento foi mais ambivalente.
André et al., 2026	Brasil; 11 pais	Autismo; análise qualitativa	Redes de apoio, cuidado cotidiano, comunicação e interação social articularam-se à construção do futuro dos filhos.
Lo, 2026	China/Hong Kong; 31 pais	Deficiências diversas; qualitativo	Jornada emocional ambivalente, masculinidades e papéis paternos interdependentes na família e na sociedade.
Fong et al., 2026	Canadá; 7 pais	Complexidade médica; interpretive description	Provisão, cuidado direto e suporte à parceira; necessidade de pares, flexibilidade laboral e acesso a saúde mental.

Figura 2. Seleção dos artigos utilizados e critérios de qualificação.
Fonte: elaborado pelos autores (2026).[1]

Categorias resultantes da Análise de Conteúdo

A codificação produziu cinco categorias temáticas não excludentes. Um mesmo estudo pôde contribuir para mais de uma categoria, razão pela qual as frequências não são aditivas. As categorias foram: (1) reconfiguração da paternidade: presença, cuidado, vínculo e corresponsabilidade, em 31 estudos; (2) experiência emocional: sofrimento, silêncio, adaptação e produção de sentido, em 28; (3) trabalho, tempo, saúde e reorganização da vida cotidiana, em 16; (4) barreiras sociais, culturais e institucionais e necessidade de reconhecimento, em 28; e (5) autonomia, desenvolvimento e futuro da criança, em 22.

[1] Três estudos apresentam mais de um relatório: Mohamed et al. (2024) e Hemdan et al. (2024); Domaradzki (2026a, 2026b); Vatne et al. (2023) e Zahl et al. (2024). Essas publicações foram utilizadas de forma

1. Reconfiguração da paternidade: presença, cuidado, vínculo e corresponsabilidade

Esta categoria apareceu em 31 dos 34 estudos. O corpus descreve paternidades que ultrapassam o provimento material e incluem cuidado direto, acompanhamento terapêutico e educacional, suporte à parceira, brincadeiras, comunicação, advocacy, coparentalidade e construção cotidiana do vínculo. Nos estudos de Cameron e Cooper (2021), Camilleri (2022), Vatne et al. (2023), André et al. (2026) e Fong et al. (2026), o envolvimento foi associado a reconstruções da identidade paterna, confiança para cuidar, proximidade e participação concreta na vida dos filhos. Esses achados se somam às evidências de Rafferty et al. (2020), Uribe-Morales et al. (2022), Langley (2025) e Toledo e Rossetti (2026).

A ampliação do corpus também torna mais nítida a pluralidade dos modos de exercer a paternidade. Em alguns contextos, cuidado e provisão são percebidos como papéis simultâneos; em outros, normas culturais e serviços ainda posicionam a mãe como interlocutora prioritária. Lo (2026) mostra que masculinidade e papel paterno se organizam de maneira interdependente no contexto chinês, enquanto Mohamed et al. (2025) evidenciam que atitudes, suporte e participação em treinamento modulam o envolvimento paterno em intervenção precoce. Assim, maior presença paterna não deve ser transformada em um modelo moral único de "bom pai".

2. Experiência emocional: sofrimento, silêncio, adaptação e produção de sentido

A segunda categoria apareceu em 28 estudos. Medo, ansiedade, estresse, impotência, preocupação com o futuro, silêncio emocional e dificuldade de buscar ajuda estiveram presentes em diferentes contextos, ao lado de experiências de proximidade, orgulho, esperança, crescimento e produção de significado. Seymour et al. (2020) associaram menor disponibilidade de apoio social a maior sofrimento psicológico; Cameron e Cooper (2021) descreveram sentimentos de impotência coexistindo com forte proximidade; Lo (2026) evidenciou uma jornada emocional ambivalente e flutuante; e Fong et al. (2026) destacaram necessidade de apoio entre pares e acesso a cuidado em saúde mental.

O estudo de Mihandoust et al. (2021) utiliza explicitamente uma moldura de 'luto' para organizar experiências relatadas após o diagnóstico de autismo. Os dados sobre incerteza, sofrimento, isolamento e busca de explicações são relevantes, mas a interpretação do presente estudo não toma o luto como essência da paternidade de uma criança com deficiência. O conjunto do corpus inclui também apreciação das pequenas conquistas, aceitação, vínculo, transformação identitária e sentido, como mostram Schippers et al. (2020), Mundakir et al. (2025), Ćwirynkało et al. (2025) e Domaradzki (2026a, 2026b). Essa heterogeneidade impede uma narrativa linear de tragédia, perda ou superação heroica.

complementar, sem dupla contagem da amostra. Madzimbe et al. (2025) e Tay et al. (2026) apresentam menor especificidade paterna e foram empregados principalmente como evidência contextual. Sato e Araki (2022), Grebe et al. (2022) e Mohamed et al. (2026, The Family Journal) não compõem o quadro por não terem sido recuperados em texto integral.

3. Trabalho, tempo, saúde e reorganização da vida cotidiana

Dezesseis estudos contribuíram para esta categoria. O conflito entre trabalho e cuidado aparece em reorganizações de jornada, limitações de carreira, instabilidade financeira, redução do autocuidado e preocupações com a própria saúde. Ćwirynkało et al. (2025) mostram como oportunidades limitadas de emprego e desvantagem socioeconômica atravessam a paternidade de homens com deficiência intelectual; Fong et al. (2026) apontam a importância de políticas laborais flexíveis; e Thamrin et al. (2024), apesar de limitações metodológicas, registra estresse financeiro e repercussões sobre saúde mental. Esses resultados convergem com Bourke-Taylor et al. (2022), Uribe-Morales et al. (2022), Segev et al. (2026) e Deniz e Evgin (2026).

As reorganizações da vida cotidiana, portanto, não podem ser explicadas apenas por decisão individual ou disposição subjetiva para o cuidado. Horários de trabalho, renda, previdência, acesso a terapias, transporte, flexibilidade institucional, divisão do cuidado e políticas de suporte delimitam concretamente as possibilidades de participação. Essa constatação é importante para a discussão existencial: mudanças de prioridade podem adquirir significado para os pais, mas restrições produzidas por ausência de apoio não devem ser romantizadas como sacrifício ou convertidas em prova de responsabilidade pessoal.

4. Barreiras sociais, culturais e institucionais e necessidade de reconhecimento

Vinte e oito estudos compuseram esta categoria, que se fortaleceu com a atualização. Além de estigma e expectativas de masculinidade, apareceram invisibilidade paterna nos serviços, apoio social insuficiente, dificuldades de comunicação profissional, burocracias, baixa participação em decisões e necessidade de grupos de pares. Seymour et al. (2020) mostram ampla percepção de apoio inacessível; Cameron e Cooper (2021) evidenciam necessidade de reconhecimento dos pais como cuidadores; Vatne et al. (2023) descrevem contenção na busca de ajuda; Ćwirynkało et al. (2025) relatam dificuldades com escolas, burocracias e profissionais; Mohamed et al. (2025) apontam limites relacionados a treinamento e suporte; e Fong et al. (2026) destacam suporte entre pares e serviços de saúde mental.

A categoria confirma que participação paterna não depende apenas de motivação individual. Grupos exclusivos para homens, como o investigado por Batchelor et al. (2021), podem favorecer pertencimento e expressão emocional, enquanto serviços organizados quase exclusivamente em torno da mãe podem afastar pais mesmo quando estes desejam participar. A leitura pelo modelo social e de direitos humanos é particularmente importante aqui, pois desloca a ênfase da adaptação privada para a responsabilidade de serviços, escolas, políticas e ambientes na remoção de barreiras. A resposta ao estigma e à exclusão institucional não pode ser reduzida à resiliência do pai.

5. Autonomia, desenvolvimento e futuro da criança

Vinte e dois estudos apresentaram elementos relacionados a desenvolvimento, educação, reabilitação, participação, independência apoiada, advocacy ou preocupações com o futuro.

Camilleri (2022) identifica o futuro como evento recorrente das narrativas; Vatne et al. (2023) destaca a promoção de maestria e autonomia; Ćwirynkało et al. (2025) mostra valorização das conquistas dos filhos; Mohamed et al. (2025) relaciona envolvimento paterno à intervenção precoce; e André et al. (2026) descreve cuidado e construção do futuro. Esses achados ampliam resultados anteriores de Kypriotaki et al. (2025), Mundakir et al. (2025) e Toledo e Rossetti (2026).

A frequência dessa categoria não significa que os estudos tenham incorporado diretamente a voz das crianças. Em grande parte do corpus, autonomia e futuro são descritos pela perspectiva dos pais. À luz da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o cuidado paterno pode ser entendido como facilitador de participação quando amplia comunicação, escolhas, acessibilidade e oportunidades para que crianças e adolescentes expressem preferências progressivamente. Autonomia, nesse sentido, não equivale à independência absoluta, nem à adequação a padrões normativos de desenvolvimento; envolve poder participar com os apoios necessários.

Eixo transversal: interseccionalidade e heterogeneidade das experiências

Os marcadores interseccionais apareceram de maneira desigual. Gênero e masculinidade foram os eixos mais recorrentes, seguidos por classe, trabalho, renda, cultura, religião, território e acesso a serviços. O corpus ampliado tornou a diversidade cultural mais visível, incluindo experiências da Austrália, Brasil, Canadá, China/Hong Kong, Coreia do Sul, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Estados Unidos, Grécia, Indonésia, Irã, Israel, Japão, Malta, Noruega, Países Baixos, Polônia, Reino Unido, Singapura, Suíça, Turquia, Zimbábue e África do Sul. Entretanto, raça, etnia, sexualidade e configurações familiares não heteronormativas continuam pouco analisadas de forma sistemática. Em vez de preencher essas lacunas por inferência, a revisão as reconhece como limites do conhecimento disponível.

Discussão

Paternidade, deficiência e direitos: uma leitura crítica das categorias

A ampliação para 34 estudos únicos reforça a principal conclusão da síntese: a experiência paterna não pode ser explicada por uma relação causal simples entre deficiência e sofrimento. O que emerge é uma rede de relações entre características da criança, vínculo familiar, trabalho, normas de gênero, recursos econômicos, serviços, apoio social, estigma e expectativas sobre paternidade. O estudo populacional de Langley et al. (2020) já mostrava que a deficiência intelectual, isoladamente, não explicava o bem-estar paterno; os estudos adicionais tornam esse argumento mais robusto ao evidenciar efeitos de suporte social, coparentalidade, reconhecimento institucional, contexto cultural e participação nos serviços (Seymour et al., 2020; Vatne et al., 2023; Ćwirynkało et al., 2025; Fong et al., 2026).

Essa perspectiva é especialmente importante para interpretar trabalho, renda e acesso ao cuidado. Quando pais alteram jornadas, reduzem oportunidades profissionais ou acumulam funções de provimento e cuidado, essas experiências podem ser subjetivamente significativas, mas também expressam estruturas laborais, disponibilidade de serviços e políticas familiares. A perspectiva de direitos humanos impede que problemas coletivos sejam privatizados como falhas de adaptação. Da mesma forma, quando pais relatam dificuldade para participar de decisões ou para serem reconhecidos pelos serviços, como em Mohamed et al. (2026), a resposta adequada envolve mudança institucional e não apenas incentivo individual ao engajamento.

A expansão da participação paterna também não deve produzir uma nova prescrição rígida de masculinidade ou cuidado. Pais diferem quanto à forma de demonstrar afeto, brincar, prover, acompanhar terapias, compartilhar tarefas ou expressar vulnerabilidade. Estudos como Lo (2026), Camilleri (2022) e Cameron e Cooper (2021) mostram que os sentidos atribuídos a ser homem e ser pai se transformam em relação com a experiência concreta. Reconhecer essa pluralidade é mais consistente com uma compreensão não normativa da paternidade do que medir todos os homens por um ideal único de presença ou desempenho.

Os resultados sustentam intervenções que incluam os pais de forma intencional, sem pressupor a mãe como interlocutora exclusiva. Grupos de pares, comunicação profissional dirigida também aos homens, espaços de escuta, flexibilidade de horários, participação em decisões e apoio à saúde mental aparecem como necessidades consistentes em diferentes estudos (Batchelor et al., 2021; Seymour et al., 2020; Ćwirynkało et al., 2025; Fong et al., 2026). Esses dispositivos devem, contudo, permanecer articulados à autonomia e aos direitos das próprias crianças e adolescentes, evitando que cuidado familiar seja confundido com tutela totalizante.

Diálogo interpretativo com a Logoterapia

A interpretação logoterapêutica não constitui resultado primário dos artigos revisados, mas um diálogo teórico posterior à síntese das evidências, destinado a compreender dimensões existenciais da experiência paterna sem reduzir a deficiência a condição de sofrimento. Essa distinção torna-se ainda mais necessária no corpus ampliado, porque alguns estudos usam vocabulário de luto, perda ou carga, enquanto outros enfatizam vínculo, crescimento, satisfação, significado e novas perspectivas de vida. A Logoterapia não é utilizada para decidir qual dessas experiências seria mais autêntica, mas para compreender como pessoas concretas se posicionam diante de situações concretas.

A responsabilidade, em Frankl, pode dialogar com a forma como muitos pais descrevem compromisso, presença e escolhas de cuidado, mas não deve ser convertida em obrigação de autossacrifício. Valores de experiência aparecem no vínculo, na proximidade e no reconhecimento do filho como pessoa singular; valores de criação podem ser relacionados às ações de cuidado,

advocacy e construção de condições de participação. Ćwirynkało et al. (2025), ao identificar explicitamente 'finding meaning' na experiência de pais com deficiência intelectual, oferece um ponto de aproximação particularmente direto, assim como Schippers et al. (2020), Camilleri (2022), Mundakir et al. (2025) e André et al. (2026), que descrevem mudanças de perspectiva, reorganização de prioridades e construção do futuro.

A liberdade da vontade deve ser compreendida como liberdade situada. Os pais não escolhem as condições econômicas, a organização dos serviços, o estigma ou a rigidez do mercado de trabalho, mas podem assumir posições e tomar decisões dentro de margens concretas de possibilidade. Por isso, valores de atitude não devem ser invocados para conferir sentido a sofrimentos socialmente evitáveis. Quando uma barreira pode ser removida, a resposta ética prioritária é removê-la. A dimensão existencial torna-se pertinente para aquilo que não pode ser simplesmente eliminado pela ação técnica ou política, sem substituir a responsabilidade coletiva pela adaptação individual.

A articulação entre Logoterapia e modelo social torna-se mais consistente quando cada referencial permanece em seu campo de contribuição. O modelo social e os direitos humanos explicam como barreiras e relações de poder modulam participação, acesso e reconhecimento; a Logoterapia pode contribuir para compreender responsabilidade, valores e produção de sentido na subjetividade paterna. A autotranscendência, nessa interface, pode ser pensada como abertura ao outro sem apagamento de si, preservando autocuidado, limites e alteridade. Isso evita tanto o capacitismo quanto a romantização do pai heroico que deveria suportar silenciosamente qualquer sofrimento.

Limitações

Esta revisão apresenta limitações. A estratégia de busca original foi restrita, utilizou um recorte pragmático no Google Scholar e o protocolo não foi pré-registrado. A atualização pós-parecer ampliou o rastreamento bibliográfico, formalizou dupla triagem, MMAT e Análise de Conteúdo, porém não preservou uma exportação bruta única que permitisse reconstruir o número total de registros retornados por cada fonte; por isso, o fluxo distingue a busca histórica dos 35 relatórios candidatos efetivamente triados na atualização. Três relatórios potencialmente elegíveis não puderam ser recuperados em texto integral e foram registrados como não recuperados, sem integrar a síntese. O corpus permanece heterogêneo quanto a condições, desenhos e contextos culturais, e três estudos são representados por mais de um relatório. Há ainda estudos com menor especificidade paterna, especialmente evidências provenientes de profissionais ou amostras parentais pouco desagregadas. Finalmente, raça, sexualidade e outras dimensões interseccionais permanecem pouco investigadas, e a voz direta das crianças e adolescentes aparece raramente.

Considerações Finais

A revisão sistemática atualizada mostra que a paternidade de crianças e adolescentes com deficiência é uma experiência plural, construída na relação entre vínculo, cuidado, condições materiais, normas de gênero, serviços e contextos socioculturais. Nos 34 estudos únicos, representados por 37 relatórios, a presença paterna assume formas diversas, incluindo cuidado cotidiano, provisão, coparentalidade, acompanhamento terapêutico e escolar, suporte emocional, advocacy e participação na construção do futuro dos filhos.

As cinco categorias construídas pela Análise de Conteúdo mostram que sofrimento paterno não pode ser tratado como consequência automática da deficiência. Medo, ansiedade, impotência e preocupação coexistem com proximidade, satisfação, esperança, crescimento e produção de significado. Parte importante das dificuldades descritas está associada a estigma, falta de suporte, invisibilidade institucional, condições de trabalho e expectativas culturais de masculinidade. O modelo social e de direitos humanos oferece, portanto, um fundamento necessário para distinguir sofrimento subjetivo de barreiras socialmente produzidas.

No campo prático, os achados apoiam a inclusão ativa dos pais em serviços de saúde, educação e reabilitação, a criação de grupos e espaços de apoio sensíveis às masculinidades, a participação paterna nas decisões e políticas de conciliação entre trabalho e cuidado. Essas iniciativas devem reconhecer simultaneamente crianças e adolescentes com deficiência como sujeitos de direitos, ampliando comunicação, escolhas, participação social e autonomia com apoio, em vez de substituir sua voz por projetos parentais.

No plano teórico, a Logoterapia contribui para compreender responsabilidade, valores, liberdade diante dos condicionamentos e produção de sentido, desde que utilizada após a síntese empírica e em diálogo crítico com os direitos humanos. A busca de sentido não deve transformar barreiras removíveis em destinos a serem suportados, nem converter cuidado em heroísmo. Sua contribuição mais fecunda está em compreender a possibilidade humana de responder às circunstâncias preservando vínculo, responsabilidade e alteridade.

Futuras pesquisas devem ampliar a diversidade de pais participantes, explorar de forma mais sistemática raça, classe, território, sexualidade e diferentes configurações familiares, distinguir necessidades segundo tipos de deficiência e contextos de apoio e incluir a perspectiva das próprias crianças e adolescentes. Estudos longitudinais e investigações sobre serviços father-inclusive também podem esclarecer como cuidado, autonomia, trabalho e produção de sentido se transformam ao longo do desenvolvimento.

Referências

Andrade, Cristiano de Jesus, Praun, Luci Dovál, & Benincasa, Miria. (2018). O cuidado dos filhos sob a responsabilidade paterna: mudanças de paradigmas nas relações familiares. O cuidado paterno frente as reconfigurações familiares. Vínculo, 15(2), 27-41. https://doi.org/3c79c4f3165443f374c-335b

André, T. G., Prizantelli, L. M., de Lucca, M., Esper, M. V., Machado-Kayzuka, G. C., Pinto, M. H., Silva-Rodrigues, F. M., & Nascimento, L. C. (2026). Fathers' experiences in parenting autistic children: A qualitative study. Child & Family Social Work, 31(1), 324–334. https://doi.org/10.1111/cfs.13277

Bardin, L. (2011). Análise de conteúdo. Edições 70.

Batchelor, M., Maguire, S., & Shearn, J. (2021). "They just get it": An exploration of fathers' experiences and perceptions of a support group for men caring for children with disabilities and/or developmental delay. Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities, 34(1), 263–273. https://doi.org/10.1111/jar.12804

Bourke-Taylor, H. M., Cotter, C., Joyce, K. S., Reddihough, D. S., & Brown, T. (2022). Fathers of children with a disability: Health, work, and family life issues. Disability and Rehabilitation, 44(16), 4441–4451. https://doi.org/10.1080/09638288.2021.1910739

Brasil. (2009). Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009: Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm

Brasil. (2015). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

Cameron, H., & Cooper, L. (2021). Fathers' experiences as carers for autistic children with learning disabilities. British Journal of Learning Disabilities, 49(1), 13–22. https://doi.org/10.1111/bld.12349

Camilleri, L. J. (2022). Exploring the lived experiences of fathers of children on the autism spectrum: A narrative inquiry. SAGE Open, 12(2), 21582440221089927. https://doi.org/10.1177/21582440221089927

Davies, A., Rix, J., & Robb, M. (2024). Fathers' relationships with their disabled children: A literature review. Disability Studies Quarterly, 43(3). https://doi.org/10.18061/dsq.v43i3.8744

Deniz, S., & Evgin, D. (2026). Fathers' experiences of caring for children with developmental disabilities. Journal of Pediatric Nursing, 90, 649–656. https://doi.org/10.1016/j.pedn.2026.07.024

Diniz, D., Barbosa, L., & Santos, W. R. (2009). Deficiência, direitos humanos e justiça. Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos, 6(11), 64–77. https://doi.org/10.1590/S1806-64452009000200004

Domaradzki, J. (2026a). "I simply have to carry this project through": Hidden voices of fathers' diagnostic pathways and coping with Autism Spectrum Disorder. A qualitative study from Poland. Research in Autism, 133, 202917. https://doi.org/10.1016/j.reia.2026.202917

Domaradzki, J. (2026b). "It's not about being a parent-therapist, but simply a parent": The silent pillars of autism care, a qualitative study of fathers' experiences. BMC Psychiatry, 26, 381. https://doi.org/10.1186/s12888-026-08008-x

Esper, M. V., Santos, M. A., Araújo, J. S., Fortuna, C. M., Bessaoud-Alonso, P., & Nascimento, L. C. (2025). Paternidades e masculinidades: Experiências de cuidado paterno de um filho com transtorno do neurodesenvolvimento. Revista Brasileira de Educação Especial, 31, e0079. https://doi.org/10.1590/1980-54702025v31e0079

Fong, V. C., Bandara, N. A., & Baumbusch, J. (2026). The forgotten caregivers: A qualitative study exploring the experiences of fathers of children with medical complexity. Journal of Clinical Nursing, 35(4), 1807–1816. https://doi.org/10.1111/jocn.70157

Frankl, V. E. (2011). A vontade de sentido: Fundamentos e aplicações da logoterapia. Paulus.

Galvão, T.F., e Pansani, T.S.A. (2015). Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. Epidemiologia e Serviços de Saúde, 24(2), 335-342.

Gesser, M., Nuernberg, A. H., & Toneli, M. J. F. (2012). A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social. Psicologia & Sociedade, 24(3), 557–566. https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000300009

Hemdan, A., Opoku, M. P., Safi, M., & Xie, Q. (2024). Fatherhood in disability rehabilitation in the United Arab Emirates: Exploring fathers' involvement in raising children with disabilities. Research in Developmental Disabilities, 152, 104809. https://doi.org/10.1016/j.ridd.2024.104809

Hong, Q. N., Fàbregues, S., Bartlett, G., Boardman, F., Cargo, M., Dagenais, P., Gagnon, M.-P., Griffiths, F., Nicolau, B., O'Cathain, A., Rousseau, M.-C., Vedel, I., & Pluye, P. (2018). The Mixed Methods Appraisal Tool (MMAT) version 2018 for information professionals and researchers. Education for Information, 34(4), 285–291. https://doi.org/10.3233/EFI-180221

Jorge, G. H., Santos, Y. L. C. M., Portes, J. R. M., & Bossardi, C. N. (2021). Envolvimento paterno de pais de crianças com o transtorno do espectro autista. Boletim Academia Paulista de Psicologia, 41(101), 175–184. https://doi.org/10.5935/2176-3038.20210018

Kypriotaki, M., Charitaki, G., Marinakis, G., Markodimitraki, M., Kalesiou, M., & Manolitsis, G. (2025). The impact of marital satisfaction, children's disability, and family characteristics on father involvement. Hellenic Journal of Psychology, 22, 245–265. https://doi.org/10.26262/hjp.v22i2.10277

Langley, E. (2025). Father involvement in the lives of their children with intellectual and developmental disabilities in the UK. Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities, 38(4), e70091. https://doi.org/10.1111/jar.70091

Langley, E., Totsika, V., & Hastings, R. P. (2020). Psychological well-being of fathers with and without a child with intellectual disability: A population-based study. Journal of Intellectual Disability Research, 64(6), 399–413. https://doi.org/10.1111/jir.12692

Lo, K. C. (2026). The mixed emotional journey of Chinese fathers with disabled children: A qualitative enquiry. The Journal of Men's Studies, 34(1), 3–28. https://doi.org/10.1177/10608265251345152

Lopes, P., & Higa, L. M. (2024). Gênero, classe e raça têm deficiência? Histórias e ativismos asiático-brasileiros. Revista Estudos Feministas, 32(3), e101151. https://doi.org/10.1590/1806-9584-2024v32n3101151

Madzimbe, P., Dambi, J., Corten, L., & Maart, S. (2025). Involvement of fathers and siblings in home rehabilitation programmes of children with neuro-developmental delay: Insights from rehabilitation professionals in Bulawayo, Zimbabwe. Child: Care, Health and Development, 51(2), e70060. https://doi.org/10.1111/cch.70060

Mello, A. G. (2016). Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: Do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. Ciência & Saúde Coletiva, 21(10), 3265–3276. https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.07792016

Mihandoust, S., Khademi, M., & Radfar, M. (2021). Stages of grieving in fathers of autistic children: A qualitative study. European Review for Medical and Pharmacological Sciences, 25(24), 7698–7708. https://doi.org/10.26355/eurrev_202112_27616

Mohamed, A., Opoku, M. P., Ndijuye, L. G., Almarzooqi, S., & Gyimah, E. M. (2025). Promoting family-centred early interventions: Evaluating predictors of early paternal involvement for children with disabilities in the United Arab Emirates. International Journal of Adolescence and Youth, 30(1), 2494833. https://doi.org/10.1080/02673843.2025.2494833

Mohamed, A., Peprah Opoku, M., Almarzooqi, S., J-F, & Shah, H. (2024). Nationwide study of fathers' involvement in the rehabilitation of children with disabilities in the United Arab Emirates. Heliyon, 10(10), e30980. https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2024.e30980

Mundakir, Choliq, I., Lin, S.-Y., & Hasanah, U. (2025). Uncovering the life experiences being fathers of children with cerebral palsy. Journal for Specialists in Pediatric Nursing, 30(1), e70001. https://doi.org/10.1111/jspn.70001

Ng, B. J., Tan, M. Y., Ng, J. Q. X., Aishworiya, R., & Shorey, S. (2026). Unmasking fatherhood: An interpretative phenomenological analysis exploring mental health experiences among fathers of autistic children. Journal of Advanced Nursing. Advance online publication. https://doi.org/10.1111/jan.70702

Nkgaphela, M. R., Sumbane, G. O., Hlahla, L. S., & Mokhwelepa, L. W. (2026). Parenting on the margins: A qualitative study of the challenges encountered by fathers of children with autism in Limpopo Province, South Africa. Frontiers in Psychiatry, 16, 1730241. https://doi.org/10.3389/fpsyt.2025.1730241

Organização das Nações Unidas. (2006). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. https://www.un.org/development/desa/disabilities/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities.html

Page, M. J., McKenzie, J. E., Bossuyt, P. M., Boutron, I., Hoffmann, T. C., Mulrow, C. D., Shamseer, L., Tetzlaff, J. M., Akl, E. A., Brennan, S. E., Chou, R., Glanville, J., Grimshaw, J. M., Hróbjartsson, A., Lalu, M. M., Li, T., Loder, E. W., Mayo-Wilson, E., McDonald, S., … Moher, D. (2021). The PRISMA 2020 statement: An updated guideline for reporting systematic reviews. BMJ, 372, n71. https://doi.org/10.1136/bmj.n71

Park, J., & Bang, K.-S. (2021). Parenting experiences among fathers of prematurely-born children with cerebral palsy in South Korea. Child Health Nursing Research, 27(1), 75–85. https://doi.org/10.4094/chnr.2021.27.1.75

Rafferty, D., Tidman, L., & Ekas, N. V. (2020). Parenting experiences of fathers of children with autism spectrum disorder with or without intellectual disability. Journal of Intellectual Disability Research, 64(6), 463–474. https://doi.org/10.1111/jir.12728

Rudelli, N., Straccia, C., & Petitpierre, G. (2021). Fathers of children with autism spectrum disorder: Their perceptions of paternal role as a predictor of caregiving satisfaction, self-efficacy and burden. Research in Autism Spectrum Disorders, 83, 101744. https://doi.org/10.1016/j.rasd.2021.101744

Schippers, A., Berkelaar, M., Bakker, M., & Van Hove, G. (2020). The experiences of Dutch fathers on fathering children with disabilities: "Hey, that is a father and his daughter, that is it". Journal of Intellectual Disability Research, 64(6), 442–454. https://doi.org/10.1111/jir.12711

Segev, E., Gadot, L., & Fine, M. (2026). Between a "ball and chain" and a "half-full glass": Work-family balance experiences of fathers to children with disabilities. American Journal of Orthopsychiatry, 96(4), 588–598. https://doi.org/10.1037/ort0000868

Seymour, M., Giallo, R., & Wood, C. E. (2020). Perceptions of social support: Comparisons between fathers of children with autism spectrum disorder and fathers of children without developmental disabilities. Journal of Intellectual Disability Research, 64(6), 414–425. https://doi.org/10.1111/jir.12704

Sheldon, J. P., Oliver, M., & Yashar, B. M. (2021). Rewards and challenges of parenting a child with Down syndrome: A qualitative study of fathers' perceptions. Disability and Rehabilitation, 43(24), 3562–3573. https://doi.org/10.1080/09638288.2020.1745907

Tay, J., Rapoport, A., Crawley, J., Ta, J., & Kichler, J. C. (2026). "Rolling the boulder up the hill": A qualitative study of parents' experiences providing ongoing care at home for their child with complex medical needs. Canadian Journal of Nursing Research, 58(1), 18–29. https://doi.org/10.1177/08445621251380909

Thamrin, A. M. F., Firdaus, E. Z., & Latipun. (2024). Father's experience and roles in raising children with special needs: A qualitative analysis of family functioning. Social Science and Humanities Journal, 8(9), 4958–4967. https://doi.org/10.18535/sshj.v8i09.1315

Toledo, K. P. B., & Rossetti, C. B. (2026). Vínculo paterno: Perspectiva de pais de crianças com transtorno do espectro autista. Psicologia em Estudo, 31, e63827. https://doi.org/10.4025/psicolestud.v31i1.63827

Uribe-Morales, B. M., Cantero-Garlito, P. A., & Cipriano-Crespo, C. (2022). Fathers in the care of children with disabilities: An exploratory qualitative study. Healthcare, 10(1), 14. https://doi.org/10.3390/healthcare10010014

Vatne, T. M., Dahle, S. S., Haukeland, Y. B., & Fjermestad, K. W. (2023). A qualitative study of men's experience of being a father in families with childhood disability. Journal of Developmental and Physical Disabilities, 35, 111–131. https://doi.org/10.1007/s10882-022-09847-8

Zahl, E., Dale, S. S., Fjermestad, K. W., & Vatne, T. M. (2024). Parenting a child with a disability: Fathers' perceptions of the couple relationship. Journal of Social and Personal Relationships, 41(9), 2548–2568. https://doi.org/10.1177/02654075241248387

Ćwirynkało, K., Parchomiuk, M., & Fronek, P. (2025). Fathers with intellectual disabilities raising children with disabilities in Poland: An interpretive phenomenological analysis. Child & Family Social Work, 30(2), 226–236. https://doi.org/10.1111/cfs.13108